

GINÁSIO CATARINENSE: CULTURA ESCOLAR BURGUESA E DISTINÇÃO SOCIAL

Norberto Dallabrida (UDESC)

5. Historiografia da educação brasileira e história comparada

Dito de maneira direta, este texto procura mostrar que o Ginásio Catarinense introduziu, de forma permanente e sistemática, a cultura escolar burguesa no ensino secundário catarinense. As práticas curriculares colocadas em prática por esse colégio tais como o trabalho regular e produtivo, o exame periódico, o controle do tempo, o esquadramento do espaço, as atividades esportivas, ginásticas, teatrais, jornalísticas e os exercícios de oratória eram afinadas com o *habitus* da classe burguesa ascendente. Grosso modo, os outros estabelecimentos de ensino secundário catarinenses, fundados na primeira metade do século XX, apropriaram-se da cultura escolar burguesa implementada pelo Ginásio Catarinense. Além de ser o modelo de escola burguesa, esse colégio configurou-se, nesse período histórico, como o principal estabelecimento de ensino secundário no território catarinense, pois ele tinha uma distinção social em relação em relação aos outros educandários.

A própria instituição do Ginásio Catarinense, em 1905, pode ser lida como uma iniciativa da elite burguesa republicana catarinense vitoriosa na Revolução Federalista (1893-1894), com o intuito de estabelecer um colégio regular e permanente na capital catarinense, procurando superar a intermitência do ensino secundário no período imperial e a ineficácia do único ginásio público e gratuito fundado no início do regime republicano. Desde meados do século XIX até o final do regime imperial, a Província de Santa Catarina teve vários colégios de vida efêmera, tanto privados como públicos. Dois desses colégios que tentaram enraizar-se na capital catarinense eram da Companhia de Jesus: o Colégio do Desterro, que funcionou entre 1845 e 1853, e o Colégio do Santíssimo Salvador, que teve vida curta na segunda metade da década de 1860 (CABRAL, 1940).

No final do século XIX, boa parte das elites catarinenses enviavam seus filhos para o Imperial Colégio de Pedro II do Rio de Janeiro e, principalmente, para o Colégio Nossa Senhora da Conceição de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, fundado e dirigido por padres

jesuítas alemães. Além de ser freqüentado por alunos externos, o Colégio Conceição funcionava em regime de internato e admitia filhos da burguesia agrária e comercial sulina, bem como de famílias abastadas de outras províncias do Brasil. Desde a década de 1880, passou a admitir internos que pertenciam às famílias abastadas de Santa Catarina, especialmente do Planalto Serrano, como Vidal José de Oliveira Ramos Júnior, Caetano José da Costa e Joaquim de Oliveira Costa, entre outros, que ocupariam cargos de renome na política catarinense. As filhas das famílias planaltinas também passaram a fazer seus estudos em São Leopoldo, como internas do Colégio São José, dirigido pelas Irmãs Franciscanas (COSTA, 1982, p.1.006-11).

No período republicano, apesar da fundação de um ginásio – instituição de ensino secundário criado pela Reforma Benjamim Constant (1890) – público e gratuito, em Florianópolis, o número de internos catarinenses no Ginásio Conceição teve um crescimento significativo e eles passaram a emanar de outras regiões catarinenses, especialmente do Vale do Itajaí e do litoral catarinense. Em 1900, ano em que o Ginásio Conceição foi equiparado ao Ginásio Nacional do Rio de Janeiro, o educandário contava com 444 alunos, sendo 267 internos, dos quais vinte eram de Santa Catarina. Mais da metade era proveniente de Lages e os demais eram de Campos Novos, Florianópolis, Itajaí, Tubarão e Joinville, indicando predominância dos alunos do Planalto Serrano (DALLABRIDA, 2001b, p.42).

As elites políticas catarinenses que enviavam seus filhos para estudar no Ginásio Conceição manifestavam insatisfação com o ginásio público estadual, avaliando que o mesmo não proporcionava ensino secundário de qualidade e não conseguia a equiparação ao Colégio Pedro II. Ao assumir o Executivo estadual, o governador Felipe Schmidt diagnosticou que o sistema público de ensino necessitava de “uma reforma radical”, mas, no final do seu mandato, em 1902, não apontava melhoras significativas, constatando: “E se do ensino primário remontarmos ao secundário, ministrado no Ginásio Catarinense, notaremos a grande apatia, o retraimento de nossa mocidade, em utilizar-se dessa fonte de instrução, de modo que esse estabelecimento não tem dado os resultados que dele se devia esperar” (SANTA CATHARINA, 1902, p.16-7). O governo Vidal Ramos (1902-1905), cujo governador e boa parte de seu “staff” eram formados por egressos do Ginásio Conceição, também fez críticas ao ginásio público estadual e procurou implementar política de aproximação com a Companhia de Jesus.

Apoiado pela elite política e pelo clero romanizado, no final de 1905, o governo Vidal Ramos viabilizou o fechamento do ginásio público estadual e sua substituição pelo Ginásio Catarinense, dirigido pelos padres jesuítas, de caráter privado e subvencionado pelo poder público. O novo colégio de ensino secundário, localizado na Praia de Fora – principal área burguesa da cidade de Florianópolis –, começou a funcionar regularmente no início de 1906, contando com 131 alunos. Com esse número elevado de matrículas, prédio novo, direção jesuítica e apoio dos poderes públicos estadual e municipal, esse educandário foi equiparado com Colégio Pedro II no ano de sua implantação, distinção que o ginásio público estadual buscou por vários anos sem êxito. Na verdade, em nível estadual, o Ginásio Catarinense respondeu ao desejo de distinção social das elites burguesas, que procuravam se diferenciar do restante da população também por meio de símbolos, entre os quais a escola de nível secundário de seus filhos, que daria acesso seguro aos cursos superiores. E, certamente, um colégio dirigido por padres alemães satisfazia “o desejo de ser estrangeiros” que as elites catarinenses perseguiram no início do século XX.

A cultura escolar (JULIA, 2001) praticada no Ginásio Catarinense tinha traços nitidamente burgueses, que podem ser percebidos pelo ritmo impresso no trabalho escolar – instrutivo e educativo. Nesta direção, o conceito de “cultura escolar católico-burguesa”, cunhado por Brito (2005, p.23) para compreender o Colégio Sion – localizado no Rio de Janeiro e dirigido pela Congregação de Sion, ordem católica de ascendência francesa –, entre 1920 e 1970, é apropriado neste texto para pensar o Ginásio Catarinense. A cultura burguesa é diagnosticada no Colégio de Sion no tocante à origem social das freiras, geralmente oriundas de famílias abastadas e aburguesadas, que concediam uma educação distinta aos seus filhos. Ao ingressar na Congregação de Sion, essas moças passaram a ter um refinamento da educação de elite, que pode ser percebido também pelo seu “caráter internacional”. Brito (2005) mostra a circulação internacional das freiras que constituíram o corpo dirigente e docente do Colégio Sion do Rio de Janeiro, indicando as cidades européias e asiáticas que várias delas residiram antes de se radicar na capital brasileira.

Grosso modo, as ordens e congregações católicas que imigraram para o Brasil, especialmente desde o final do século XIX, eram marcadas pela internacionalização de seus quadros, porque, naquele momento histórico, o catolicismo empreendia intensa expansão mundial, particularmente na África e América Latina, como parte integrante do processo

neocolonial europeu. Desta forma, as novas congregações católicas que se estabelecem em Santa Catarina no início do período republicano, como a Ordem Franciscana, a Congregação das Irmãs da Divina Providência, a Congregação dos Padres do Sagrado Coração de Jesus e a Companhia de Jesus eram oriundas da Alemanha. Os padres jesuítas alemães fixaram residência inicialmente em São Leopoldo (Rio Grande do Sul), onde fundaram o Colégio Conceição, mas, no início do século XX, tinham formado uma rede de colégios no sul do Brasil, da qual fazia parte os ginásios “São Luiz Gonzaga”, em Pelotas, “Anchieta”, em Porto Alegre, “Sagrado Coração de Jesus”, na cidade de Rio Grande, e o “Catarinense”, em Florianópolis. A maioria dos padres-professores desses colégios era de origem germânica, tinha formação teológica e pedagógica européia e vários deles haviam residido em países europeus e americanos.

O conceito de “cultura escolar católico-burguesa” é construído sobremaneira a partir da leitura das estratégias curriculares burguesas colocadas em marcha no cotidiano do Colégio de Sion do Rio de Janeiro. Nesta direção, Brito (2005, p.20-21) aproxima cultura católica e cultura burguesa, ao afirmar:

Há muitos traços comuns às duas: a tensão e a coação permanentes, a disciplina do corpo e dos instintos; a importância do detalhe [...]; a pontualidade, a discricção, a neutralidade, que integravam os ritos de referência; a educação baseada no controle de si mesmo ou de sua dimensão interior, que visava ordenar as condutas individuais; “a ritualização do cotidiano, constitutiva da passagem da esfera privada à esfera pública” e que deve ser apropriada pelas alunas até parecer natural.

A “cultura escolar católica” (KULESZA, 2004) das ordens e congregações européias que se instalaram no Brasil, particularmente desde o final do século XIX, geralmente era marcada por traços burgueses. Os jesuítas, que retornam ao cenário educacional brasileiro, eram detentores de uma vigorosa tradição escolar moderna, fundada pela “Ratio Studiorum”, que previa diversas e sofisticadas estratégias educativas disciplinares para os alunos dos colégios da Companhia de Jesus (FOUCAULT, 1993; DALLABRIDA, 2001a). Os mecanismos disciplinares previstos na “Ratio Studiorum” foram colocadas em marcha no cotidiano do Ginásio Catarinense, contudo, limitados pelas determinações oficiais do sistema de ensino brasileiro. Em verdade, as práticas disciplinares do “método de ensino dos jesuítas” definido no século XVI, foram repensadas e refinadas para ajudar a construção da sociedade burguesa oitocentista. Desta forma, as práticas disciplinares implementadas pelo Ginásio

Catarinense como o trabalho regular e produtivo, o exame periódico, o controle do tempo, o esquadramento do espaço, as atividades esportivas, ginásticas, teatrais, jornalísticas e os exercícios de oratória tinham o intuito de formar um sujeito disciplinado e auto-regulado, do sexo masculino, moldado para integrar e reproduzir a classe burguesa, particularmente a sua elite dirigente (DALLABRIDA, 2001b).

A “maquinaria escolar” (VARELA e ALVAREZ-URÍA, 1991) jesuítica do Ginásio Catarinense procurava educar muito mais por meio de mecanismos de incitamento do que através de formas de repressão. As diversas peças da engrenagem disciplinar eram organizadas e articuladas para provocar o máximo de produtividade e obediência do corpo discente. No cotidiano do colégio havia uma minuciosa articulação de estratégias didáticas com o intuito de estimular o trabalho intenso e intensivo de professores e alunos. Nesta direção, o padre prefeito – inspetor da disciplina dos alunos – fez o seguinte registro no relatório anual do colégio de 1914: “Na vida íntima do Ginásio, a nota fundamental, dominante, sempre sustentada, soa labor. Reforçam-na harmonicamente as que dizem estimulação e vigilância, e até as bem compassadas pausas do recreio” (GYMNASIO ..., 1914, p.16). O ritmo coletivo do colégio era jesuítico, em que o trabalho permanente, regular e pontual era valorizado, sendo compensado nas premiações bimestrais e anuais. Nas práticas didáticas dessa instituição escolar circulava uma ética católica do trabalho, em que o “amor ao trabalho” era enaltecido como virtude cristã, enquanto a moleza e o ócio eram diabolizados.

Como afirmou o padre prefeito, o trabalho regular era viabilizado também pela vigilância panóptica, procurando investir sobre a totalidade da vida dos estudantes. O olhar sobre todos e cada um dos alunos buscava ver as suas atitudes em todos os espaços do colégio, como as salas de aula e os pátios, bem como nos diversos lugares da cidade. Nas salas de aula, a observação permanente era realizada pelo professor, que, destacado pelo estrado, poderia visualizar cada um dos alunos. Cada classe tinha um professor regente, cujo papel era “velar sobre o espírito da classe”, e, para tanto, tinha o dever de controlar as faltas e as justificativas, as notas dos alunos e nomear o seu bedel. Cada divisão era guardada pelo seu padre prefeito, que procurava vigiar os seus alunos nos espaços específicos que eles frequentavam, como o pátio e a sala de jogos.

A vigilância era viabilizada em boa medida pelo controle do tempo e pelo esquadramento do espaço. O ano escolar era denso e contínuo, sendo coberto por aulas

entre os meses de março e novembro, que eram ministradas de segunda-feira a sábado. Somente a partir da década de 1930, por decisão do sistema nacional de ensino, foram introduzidas as pequenas férias da metade do ano. O ano letivo era composto por três aulas pela manhã e duas no período vespertino, de forma que entre uma aula e outra houvesse um intervalo de dez minutos. A duração das aulas era cronometrada pelo sineiro, que marcava o tempo urbano e fabril. O corpo dirigente e docente do colégio quadriculava o espaço ginásial, por meio da classificação dos alunos em regimes, divisões e classes, que ocupavam lugares específicos. Os alunos eram separados, de acordo com a idade, em divisões: a primeira divisão reunia “os maiores”, que freqüentavam os dois últimos anos do ginásio, e a segunda congregava “os menores”, que pertenciam aos três primeiros anos do curso secundário. Na seriação ginásial, os estudantes eram divididos em classes. Nas salas de aula, os lugares fixos nas carteiras eram determinados pelos regentes, e nos intervalos das aulas havia pátios específicos para cada divisão, que eram administradas pelos respectivos padres prefeitos. Os deslocamentos para os diversos ambientes eram feitos em filas, organizadas e vigiadas pelo corpo diretivo e docente.

A emulação, prevista na “Ratio Studiorum”, era outra estratégia didática colocada em prática no cotidiano do Ginásio Catarinense. A “digna emulação” era incentivada sutilmente nas classes ginásiais, estabelecendo um clima de constante superação entre todos os alunos, mas particularmente entre os internos e externos. A emulação estava ligada ao sistema de premiação, que concedia, solenemente, recompensas aos melhores alunos a cada bimestre e no final do ano letivo. Havia duas categorias de prêmios: uma referia-se ao “procedimento” dos alunos e tinha como referência as divisões do corpo discente. Assim, em cada divisão premiava-se o primeiro lugar, alguns “próximos ao premiado” e os “dignos de menção honrosa”. Os critérios de classificação de procedimento eram ligados à conduta dos discentes, como a pontualidade, regularidade, obediência ao regimento, empenho pessoal. A outra categoria levava em conta o desempenho intelectual dos alunos nas “disciplinas-saber”, concedendo prêmios de “aproveitamento”. Em cada classe do curso ginásial, premiavam-se os alunos “no conjunto das matérias”, destacando o primeiro lugar, o segundo prêmio e alguns “dignos de menção honrosa” e, em cada disciplina, o primeiro colocado e também aqueles dignos de menção honrosa.

No entanto, para a maquinaria escolar tornar-se ainda mais eficaz, o intenso e regular ritmo coletivo de trabalho era alternado com pausas produtivas ou “meios recreativos ordenados a enganar o sentimento de labuta”. Durante o dia, além dos intervalos de dez minutos entre as aulas, havia os recreios maiores de manhã, ao meio-dia e de tarde, em que os alunos eram estimulados a participar ou assistir jogos. As festas e os passeios escolares também eram momentos de ruptura da rotina do trabalho escolar, sendo realizados por motivos cívicos, católicos e jesuíticos.

A “cultura escolar católico-burguesa” de corte jesuítico presente no Ginásio Catarinense procurava conduzir a conduta do corpo discente para o trabalho intenso e obediente, cadenciado por pausas regulares e produtivas e estimulado pela emulação entre os alunos. Esse ritmo disciplinante e burguês foi implementado, em Santa Catarina, inicialmente no Ginásio Catarinense, mas, com o crescimento do ensino secundário após a Reforma Francisco Campos (1931), ele foi apropriado pelos outros ginásios que pontuaram as principais cidades catarinenses, tanto confessionais como laicos. Nas décadas de 1930 e 1940 verifica-se intensa homogeneização da cultura escolar no ensino secundário, como parte integrante da normalização nacionalizada implementada pela “Era Vargas”.

No entanto, nesse período, o Ginásio Catarinense tinha distinção social em relação aos outros estabelecimentos de ensino secundário em Santa Catarina. Com a criação de dois ciclos do ensino secundário pela Reforma Francisco Campos – cursos fundamental e complementar – até a Lei Orgânica do Ensino Secundário (1942), somente o ginásio dos jesuítas da capital catarinense introduziu, em 1937, o “Curso Complementar Pré-Jurídico”, destinado àqueles alunos que desejavam ingressar nos cursos superiores de Direito. A criação desse curso complementar, realizada durante o governo Nereu Ramos, em boa medida ocorreu por causa da fundação da Faculdade de Direito, na cidade de Florianópolis, em 1932. O Ginásio Catarinense era procurado por famílias abastadas de Santa Catarina e de outros estados brasileiros, mormente do Rio Grande do Sul, do Paraná e de São Paulo.

Até meados do século XX, o Ginásio Catarinense era uma instituição formal das elites dirigentes. Para tanto, além de seguir o currículo oficial do Colégio Pedro II, cujos “disciplinas-saber” eram voltadas às classes abastadas, como o aprendizado de várias línguas estrangeiras, do português castigo e de saberes científicos, o Ginásio Catarinense proporcionava aos seus alunos práticas esportivas – futebol, tênis, basquetebol –, teatrais,

jornalísticas e, especialmente, exercícios de oratória, que tinham o objetivo de formar quadros dirigentes masculinos para empresas privadas e poderes públicos. Nesta direção, em 1949, o diretor do Ginásio Catarinense afirmou: “Nós fazemos questão de formar uma elite, homens que se possam distinguir, homens que possam ser vanguardeiros e porta-bandeiras do progresso, da cultura e da civilização” (apud SOUZA, 2005, p.152).

A cultura escolar plasmada no Ginásio Catarinense, na primeira metade do século XX, portanto, procurava produzir sujeitos regulados, empreendedores e refinados, do sexo masculino, particularmente aqueles que se preparavam para integrar a elite dirigente de Santa Catarina.

Referências

BRITO, Ângela Xavier de. “O saldo é positivo”: cultura escolar católica e socialização das elites femininas brasileiras, 1920-1970. Paris: CERLIS-CNRS, 2005.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **Os jesuítas em Santa Catarina e o ensino de humanidades na Província**. Florianópolis: Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina, 1940.

COSTA, Licurgo. **O continente das Lagens**: sua história e influência no sertão da terra firme. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982. v.3.

DALLABRIDA, Norberto. Moldar a alma plástica da juventude: a Ratio Studiorum e a manufatura de sujeitos letrados e católicos. **Educação UNISINOS**-Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, v.5, n.8, p. 133-150, jan./jun. 2001a.

DALLABRIDA, Norberto. **A fabricação escolar das elites**: o Ginásio Catarinense na Primeira República. Florianópolis: Cidade Futura, 2001b.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

GYMNASIO SANTA CATHARINA. Relatório do anno lectivo de 1914. Florianópolis: [s.n.], 1914.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas, n. 1, p.9-43, 2001.

KULESZA, Wojciech Andrzej. A cultura escolar católica no Brasil moderno. **Educação UNISINOS**-Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, v.8, n.14, p.189-204, jan./jun./2004.

SANTA CATHARINA (Estado). **Mensagem apresentada ao Congresso Representativo em 1 de set. de 1902 pelo governador do Estado tenente coronel Felipe Schmidt**. Florianópolis: Gab. Typ. Sul-Americano, 1902.

SOUZA, Rogério Luiz de. **Uma história inacabada**: cem anos do Colégio Catarinense. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2005.

VARELA, Julia; ALVAREZ-URÍA, Fernando. **Arqueologia de la escuela**. Madrid: La Piqueta, 1991. (Genealogia del poder, 20).